

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Venda de refinarias será decisiva para futuro da Transpetro.....	2
Título: Pernambuco pode receber próxima usina nuclear do país	4
Título: Controles na Petrobras foram deficientes.....	5
Título: Meta de privatização será superada, diz Mattar	7
Título: Decepção com ICMS derruba ações da Light.....	8
Título: Curtas	10
Título: Temer deve ser preso por manter influência na Eletronuclear, diz MPF	10
Título: Wartsilä altera comando no Brasil e prevê crescimento.....	12
Título: ANM vai contratar consultoria em barragem.....	14
Título: Minério supera US\$ 93 a tonelada com maior receio quanto à oferta	16
Título: Preço do barril de petróleo se aproxima dos US\$ 70	18
Título: Venda de combustível cresce 5,7% em fevereiro, liderada por etanol e diesel.....	19
Título: Empresas chinesas querem captar na bolsa brasileira	20
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	22
Título: Estatal paga salário até 8 vezes maior que o mercado.....	22
Título: » Na fila.	23
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	23
Título: Embarque prioritário	23
Título: Decreto vai retomar subsídio de energia para o agronegócio	24
Título: Entidades criticam corte orçamentário de 42% em Ciência e Tecnologia	25
VEÍCULO: O Globo.....	26
Título: Em CPI, engenheira diz que Vale foi alertada de risco em Brumadinho	26

Título: TCU decide que estatais devem divulgar salários..... 27

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/04/2019

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Venda de refinarias será decisiva para futuro da Transpetro

Em meio às discussões internas da Petrobras sobre o seu novo pacote de venda de ativos, os próximos meses prometem ser decisivos para a Transpetro, braço de logística da estatal. Com um plano de investimentos de R\$ 4,1 bilhões para 2019-2023, a subsidiária tenta se reposicionar como prestadora de serviços para terceiros. As operações futuras - e o próprio tamanho - da companhia, no entanto, estão hoje em aberto.

Num momento em que o comando da Petrobras reavalia toda a sua carteira de ativos e defende a intensificação dos desinvestimentos, é natural que o papel da Transpetro também seja rediscutido. No ano passado, o estatuto da subsidiária foi alterado, de forma a abrir a possibilidade para venda de seu controle. **O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, contudo, já disse que a venda da empresa "não está nos planos".

"Eu não tenho conhecimento, nem por parte da Petrobras, nem por outro tipo de fonte. Não há nenhum estudo no ministério em relação a isso", disse, durante audiência no Congresso, neste mês.

Empresa enxerga chances para fornecer desde cabotagem a serviços de alívio de navios para petroleiras

Uma fonte da estatal afirma que a empresa de logística ainda aguarda as definições da controladora sobre o seu futuro, mas que independentemente do cliente para quem vir a operar, a Transpetro vem se preparando para se manter competitiva no mercado.

Nesse sentido, a Transpetro toca um plano de negócios focado na melhoria de sua saúde financeira. O plano, aprovado em dezembro, prevê uma meta de desalavancagem de 2,6 vezes a relação dívida líquida/Ebitda (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) para 2019, ante o patamar atual de 2,8 vezes. A empresa também quer aumentar o retorno sobre o capital empregado, dos 6,6% de 2018 para 8,2% neste ano.

Uma outra fonte explica que a venda da Transpetro é vista com cautela dentro da holding, porque a subsidiária tem muita conexão com as operações da controladora. O futuro da Transpetro, segundo ela, passa necessariamente pela definição, prevista para o primeiro semestre, sobre o modelo de vendas das refinarias da Petrobras.

Se a petroleira resolver vender as suas refinarias, junto com os terminais e dutos associados, a expectativa é que a Transpetro encolha de tamanho e passe a operar uma quantidade cada vez menor de ativos para a Petrobras.

Por outro lado, se a opção for por vender somente as refinarias, isoladamente, ganharia força a ideia de transformar a Transpetro numa empresa de prestação de serviços que se rentabilizaria com a abertura de sua infraestrutura para terceiros - esse modelo permitiria uma eventual venda, ainda que não integral, da empresa de logística, no futuro, quando a Transpetro consolidasse sua independência da Petrobras.

"O futuro da Transpetro está muito atrelado ao futuro do modelo de venda das refinarias, que pode ser mais desverticalizado ou mais verticalizado, com a compra da infraestrutura associada. Esse modelo, com a venda dos terminais e dutos, pode gerar mais valor para a Petrobras, mas cria espécies de monopólios regionais que podem não interessar ao Cade [Conselho Administrativo de Defesa Econômica]", afirmou o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires.

A Petrobras é praticamente a única cliente da Transpetro, que também tem contrato para operação dos gasodutos da Nova Transportadora do Sudeste (NTS), controlada pelo consórcio liderado pela Brookfield. Dentro do reposicionamento da Transpetro, a companhia enxerga oportunidades para fornecer desde serviços logísticos de cabotagem para distribuidoras de combustíveis a serviços de alívio de navios para petroleiras.

Para o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ex-diretor da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Hélder Queiroz, o aumento esperado da produção das petroleiras internacionais, nos próximos anos, abre um nicho de mercado para a Transpetro. A empresa possui frota de 57 navios.

"A Transpetro pode vir a se tornar uma empresa de serviços e ter eventualmente um percentual de seu capital vendido pela Petrobras. Com a desconcentração da produção de petróleo, as empresas vão precisar de infraestrutura logística", comenta.

Uma inspiração pode ser a Vale, que criou a VLI Multimodal, de soluções logísticas. Ao longo do tempo, a mineradora reduziu sua participação no ativo, mas ainda mantém uma fatia de 37,6% no negócio. O diretor do Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante (Sindmar), Carlos Müller, contudo, defende a necessidade de a Petrobras manter certo controle sobre a Transpetro, ainda que a subsidiária passe a prestar serviços para outros clientes.

"Manter os navios operados pela Transpetro é estratégico para a Petrobras, sob o risco de a empresa perder o controle sobre os custos de frete das operações, como aconteceu com a Vale, quando vendeu seus navios Valemax para os chineses", ressalva.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/04/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Pernambuco pode receber próxima usina nuclear do país

O Estado de Pernambuco pode abrigar as próximas usinas nucleares brasileiras, após Angra 3. A Eletronuclear concluiu estudo de localização de futuras usinas do tipo e definiu o município de Itacuruba, no interior do Estado e na margem do rio São Francisco como um local ideal para novos empreendimentos. A região pode abrigar usinas com um total de 6.600 megawatts (MW) e demandar investimentos de R\$ 30 bilhões.

"Já existe estudo feito pela Eletronuclear que define uma área no Nordeste", afirmou ontem **o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (MME), Reive Barros**, durante seminário no Rio da Associação Nuclear Mundial (WNA) e da Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares (Abdan), que reuniu representantes da indústria nuclear e dos potenciais interessados em participar da conclusão das obras de Angra 3 e de novas usinas no país.

Segundo Barros, o Plano Nacional de Energia 2050, em elaboração pelo MME e pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e previsto para ser concluído até o fim do ano, deve indicar a construção de usinas nucleares no Brasil, além de Angra 3. "Nossa expectativa é que o PNE 2050 sinalize com a continuidade de construção de usinas nucleares."

De acordo com o presidente da Eletronuclear, Leonam Guimarães, foram estudados oito potenciais localidades para abrigar novas usinas, no Nordeste e Sudeste. Os estudos foram interrompidos em 2011, após o acidente com a central nuclear de Fukushima, no Japão, atingida por um terremoto seguido por tsunami.

Com relação à Angra 3, o secretário disse que devem ser definidas neste ano as questões necessárias para a retomada das obras em 2020. "Precisamos que essa usina entre em operação em 2026."

O plano de retomada de Angra 3 é dividido em três etapas. A primeira foi a correção do preço de referência de energia da usina, de cerca de R\$ 250 por megawatt-hora (MWh) para R\$ 480/MWh. A segunda é a definição do modelo societário para concluir a obra com a participação da iniciativa privada, e a terceira trata da definição da concorrência internacional para definir o sócio. As duas últimas etapas ainda estão em andamento.

Segundo o governo, Angra 3 ainda precisa de cerca de R\$ 15 bilhões para ser concluída - o índice de conclusão das obras da usina hoje é de cerca de 65%.

Segundo Barros, a usina está incluída nas projeções de investimentos de R\$ 400 bilhões necessários para o setor de energia elétrica nos próximos dez anos.

Angra 3 teve as obras interrompidas em setembro de 2015, por falta de pagamento aos fornecedores da obra. O problema se agravou em seguida, com a deflagração de operação da Polícia Federal para investigar indícios de irregularidades em contratos do empreendimento, no âmbito da força-tarefa da Lava-Jato.

"Estamos contando com o Brasil para entregar novas usinas nucleares", disse a diretora geral da WNA, Agneta Rising. Segundo a entidade, há 56,3 gigawatts (GW) de capacidade instalada de usinas nucleares no mundo atualmente. O número considera a usina de Angra 3. Desse total, 6,3 GW são relativos a projetos que tiveram início no ano passado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Juliana Schincariol | Do Rio

Título: Controles na Petrobras foram deficientes

A Petrobras "padecia de relevantes e duradouras deficiências de controles internos, o que era terreno fértil para irregularidades que afetaram a

construção da refinaria Abreu e Lima", localizada em Pernambuco, constatou a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em inquérito aberto para apurar o caso. São acusados no processo ex-conselheiros e administradores da estatal, incluindo a ex-presidente Dilma Rousseff.

Para a Superintendência de Processos Sancionadores (SPS), os conselheiros deixaram de se certificar que as correções necessárias às deficiências nos controles internos estavam de fato sendo implementadas, a despeito de "reiteradas" manifestações do comitê de auditoria.

Entre os que compunham o conselho da Petrobras à época estavam, além de Dilma, Fábio Barbosa, Francisco de Albuquerque, Guido Mantega, Jorge Gerdau Johannpeter, Luciano Coutinho, Sergio Quintella, Silas Cavalcante Silva, e José Sérgio Gabrielli, que também presidiu a estatal.

A CVM afirma que foram ignorados sinais de alerta apresentados ao conselho, que mesmo assim ratificou a passagem do projeto à fase IV, quando a provisão de custos mais do que quadruplicou, de US\$ 4,1 bilhão para US\$ 13,3 bilhão. A área técnica aponta que não há relato de questionamentos de qualquer conselheiro sobre a escalada de custos, apesar da diretiva de reduzi-los.

Inicialmente, a indicação era de que Abreu e Lima entrasse em fase pré-operacional no segundo semestre de 2011. E havia recomendação da equipe técnica para não assumir compromissos irreversíveis antes da aprovação do projeto básico e alertas sobre uma parceria prevista com a PDVSA, que poderia não se concretizar. Em março de 2007, no entanto, a diretoria aprovou a antecipação para agosto de 2010. "O grau de maturidade do projeto à época contraindica a tomada de postura mais ousada, qual fosse a referida antecipação. Suas consequências foram contratações atabalhoadas, com licitações de obras acontecendo concomitantemente à elaboração dos respectivos projetos básicos, portanto mal especificadas, contrariando recomendações e resultando em aditivos e aumento de custos", diz a CVM.

Da administração, a SPS pede a responsabilização dos ex-presidentes Gabrielli e Maria das Graças Foster, e dos ex-diretores Almir Barbassa, Guilherme Estrella, Ildo Sauer, Jorge Zelada, Nestor Cerveró, Paulo Roberto Costa e Renato Duque. No processo, a autarquia diz que os acordos de delação premiada de Costa e Cerveró com o Ministério Público Federal permitiram à CVM emprestar provas e deram origem a processos na autarquia, onde também prestaram esclarecimentos de forma colaborativa.

Enquanto presidente da Petrobras, Graça Foster interferiu indevidamente no relatório final da comissão interna de apuração da refinaria e deve ser responsabilizada por desvio de poder, de acordo com o relatório.

Ainda não há data prevista para julgamento. Também há a possibilidade de fechar termos de compromisso para encerrar o caso. Procurado, Coutinho reiterou que não houve omissão ou falta de diligência dos conselheiros da Petrobras. e afirmou confiar "que o colegiado da CVM saberá ponderar e decidir adequadamente em relação à matéria". Os outros acusados não comentaram ou não foram localizados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/04/2019

Seção: Brasil

Autor: Arícia Martins | De São Paulo

Título: Meta de privatização será superada, diz Mattar

A meta da equipe econômica de levantar US\$ 20 bilhões em privatizações neste ano deve ser superada em ao menos 50%, previu ontem o secretário especial de Desestatização e Desinvestimento, Salim Mattar, que negou estar frustrado com o ritmo das vendas de ativos do governo. Do total pretendido para 2019 pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, US\$ 3,4 bilhões já foram conseguidos, disse, e mais US\$ 9 bilhões devem ser obtidos com a comercialização da TAG, rede de gasodutos da Petrobras.

O Brasil tem 440 estatais, das quais 134 pertencem à União, comentou Mattar, que participou de painel no Brazil Investment Forum, organizado pelo braço de investimentos do Bradesco, em São Paulo. Privatizar todas elas é um desafio, mas o objetivo de vender o máximo possível de companhias tem como horizonte os quase quatro anos restantes de governo, apontou, reiterando que Petrobras, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e BNDES não fazem parte do pacote.

"Vai sim acontecer um grande processo de desinvestimento, desestatização e privatização neste governo", disse o secretário. Essa agenda, de acordo com ele, ganhará fôlego no segundo semestre e no próximo ano, atingindo seu ápice em 2021.

Para ajudar a diminuir a dívida pública e reduzir o tamanho do Estado, a meta é não só se desfazer das estatais, mas também desalavancar bancos públicos, que precisam devolver empréstimos feitos pelo Tesouro, vender imóveis que são propriedade da União e deslanchar as concessões de infraestrutura, dentro do Programa de Parcerias de Investimentos [PPI], observou.

Somando todas essas receitas, o governo estima um potencial de quase R\$ 1 trilhão que pode ir para o caixa da União ao longo de todo o governo Bolsonaro, destacou Mattar, dos quais quase metade (R\$ 490 bilhões) viria das privatizações de estatais geridas pelo governo federal.

A Secretaria de Desestatização está também trabalhando num plano para ajudar Estados a se desfazerem de suas estatais locais, acrescentou o secretário, o que pode melhorar a grave situação fiscal desses entes federados. Segundo Mattar, ele fará um road-show com governadores dos dez principais Estados, para levantar quais são as necessidades de recursos de cada um deles e também o total de ativos que podem ser vendidos.

Mattar ressaltou ainda que a reforma da Previdência é a maior prioridade do governo no momento e, apesar de reconhecer as chances de desidratação do projeto em meio à sua tramitação no Congresso, apontou que a equipe econômica ainda trabalha com a estimativa de ganho fiscal de R\$ 1 trilhão em dez anos.

O secretário elogiou a capacidade de negociação do ministro da Economia, a quem caberá o papel de fazer a articulação política com parlamentares para que o texto seja aprovado. "Guedes assume uma responsabilidade espetacular na reforma da Previdência", comentou. "Ele tem admiração de Rodrigo Maia [presidente da Câmara] e do Senado", acrescentou o secretário, para quem Guedes é "um líder nato".

Ele também aproveitou o evento para refutar que está decepcionado com o andamento das vendas de ativos do governo, referindo-se à entrevista publicada pela revista "Veja" na semana passada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Decepção com ICMS derruba ações da Light

As ações da Light devolveram ontem boa parte dos ganhos obtidos no início da semana, depois que executivos da Cemig disseram, em teleconferência, que a companhia deve reconhecer no máximo R\$ 3 bilhões em créditos fiscais no caso de uma vitória no pleito na Justiça que pede a exclusão da incidência do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e Cofins.

No início da semana, a percepção de que a Light poderia obter um ganho substancial com a questão do ICMS impulsionou as ações, que acumularam ganho de 9,9% nos dois primeiros dias da semana. Ontem, contudo, as ações

acentuaram as perdas durante a teleconferência da Cemig, e terminaram com queda de 7%, a R\$ 21.

A alta aconteceu depois que a Equatorial reconheceu ganho extraordinário de R\$ 171 milhões em seu balanço do último trimestre do ano passado. No total, a companhia reconheceu ativo fiscal de R\$ 756 milhões em créditos de PIS e Cofins a recuperar, mas um passivo de R\$ 580 milhões a ser repassado aos consumidores. A diferença ficará com a companhia, que entende que só deve devolver aos consumidores créditos de impostos recolhidos nos últimos 10 anos. A decisão abrangeu 17 anos de bitributação.

Segundo Leonardo George de Magalhães, superintendente de controladoria da Cemig, a estatal mineira deve reconhecer no máximo R\$ 3 bilhões em créditos fiscais de PIS e Cofins a recuperar se tiver vitória semelhante a da Equatorial. Desses, R\$ 2 bilhões se referem à distribuidora, sendo que parte será devolvida aos consumidores pela tarifa. Outro R\$ 1 bilhão seria reconhecido pelo seu braço de geração e transmissão, a Cemig GT.

Segundo uma fonte, no caso dos créditos de distribuição, a Cemig deve repassar aos consumidores 70% do total, ficando com o ganho de R\$ 600 milhões.

A percepção de que o montante máximo a ser recebido pela Cemig é de R\$ 1,6 bilhão ajudou a pressionar as ações da Light, já que indica que a companhia pode ter um ganho menor do que o esperado pelo mercado, na casa de milhões. A Cemig é uma empresa maior, e a alíquota do ICMS em Minas Gerais é maior que o do Rio de Janeiro. Segundo uma fonte, a companhia fluminense ainda calcula quanto terá a receber, mas deve ser um ganho extra bem menor que o potencial da estatal mineira.

A companhia fluminense, que tem a estatal mineira como sua maior sócia, foi um dos principais assuntos da teleconferência. O diretor de gestão de participações da Cemig, Daniel Faria Costa, disse que o formato de venda da Light não está definido, mas que a oferta subsequente de ações ("follow on") é uma "tendência natural."

"Queremos pegar uma janela que vá no máximo até o meio do ano, vamos acelerar o processo", disse Costa. Segundo ele, a companhia nunca parou de falar com investidores, mesmo depois que o acordo para que a GP Investments ancorasse a operação foi encerrado no fim do ano passado. "Percebemos que o mercado tem muito interesse no ativo, esperamos ter passos concretos na formação do novo conselho de administração que vai conduzir o processo", afirmou.

Enquanto as ações da Light recuaram, os papéis preferenciais da Cemig subiram 1,4% ontem, para R\$ 13,69. As ordinárias avançaram 2,23%. a R\$ 15,61.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	04/04/2019
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Curtas

CPI de Brumadinho

O gerente-executivo de geotecnia corporativa da Vale, Alexandre Campanha, negou ontem, em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de Brumadinho do Senado, que tenha pressionado engenheiros contratados pela companhia a atestarem laudo de segurança da barragem B1, da Mina Córrego do Feijão. A suposta pressão consta de depoimento do engenheiro e coordenador de projetos Makoto Namba, da Tüv Süd, que assinou laudos atestando a segurança da barragem. A Tüv Süd foi contratada pela Vale para inspecionar o local. "Nunca fiz pressão ao senhor Makoto, nunca me reuni com nenhum funcionário da Tüv Süd. No dia 1º de fevereiro, ele diz que se sentiu pressionado com uma pergunta minha. No dia 25 de fevereiro, ele disse que se sentiu pressionado com minha pergunta e que assinou os laudos baseado em critérios técnicos. A minha pergunta foi se a Tüv Süd já tinha posicionamento sobre a declaração de condições de estabilidade [da barragem]", disse.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	04/04/2019
Seção:	Política
Autor:	André Guilherme Vieira De São Paulo
Título:	Temer deve ser preso por manter influência na Eletronuclear, diz MPF

Em recurso apresentado à Justiça em que pede que o ex-presidente Michel Temer (MDB) volte a ser preso preventivamente, o Ministério Público Federal (MPF) relacionou o atual diretor-presidente da Eletronuclear, Leonam dos Santos Guimarães, a um suposto poder de influência que o emedebista manteria na estatal.

No agravo encaminhado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), o MPF juntou e-mail de 2011 em que o então presidente da Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva, faz indicação do nome de Leonam Guimarães para ocupar

a diretoria de Operações da Eletronuclear. No entendimento do MPF, isto significaria que Leonam teria ligação com autoridades do governo federal à época que foram alvo de investigação.

De acordo com a Eletronuclear, Leonam Guimarães chegou à posição de diretor técnico-comercial de uma subsidiária da estatal, a Amazul Tecnologias somente dois anos após o envio do e-mail, em 2013 - permanecendo no cargo até o ano seguinte. A Amazul foi constituída em 2013 para desenvolver e transferir tecnologia dos programas nuclear e de submarinos da Marinha. Leonam foi diretor de Planejamento da Eletronuclear de 2014 a 2017, segundo informou a estatal.

A mensagem eletrônica foi enviada por Othon ao empresário Carlos Alberto Montenegro Gallo, ligado à empresa de fachada usada pela suposta organização criminosa liderada por Temer para desviar recursos públicos, segundo o MPF.

"Prezado Gallo, peço fazer chegar o currículo [em] anexo às mãos do Limoeiro com a maior brevidade. Cargo desejado diretor de Operações da Eletronuclear. Muito importante. Muito obrigado". Limoeiro é o apelido do coronel da reserva da Polícia Militar acusado de ser operador financeiro de Temer, João Baptista Lima Filho, segundo o MPF.

Para a Lava-Jato no Rio, a "única explicação plausível" para o e-mail "seria o nome desse indicado chegar ao conhecimento de Michel Temer, como de fato chegou, tanto que houve sua nomeação". Na avaliação dos procuradores, "a maneira lógica de se entender tal e-mail é que o então presidente da Eletronuclear, Othon Silva, está pedindo a dois integrantes da organização criminosa, Gallo e coronel Lima, que façam chegar ao líder da organização criminosa, Michel Temer, um nome indicado para uma das diretorias".

Em nota, a assessoria de imprensa da Eletronuclear afirmou que "o e-mail citado no recurso é de 2011 e não resultou em nenhuma nomeação" e que Leonam "admite que, na ocasião, foi sondado por Othon para assumir a diretoria de Operação da Eletronuclear, mas desconhece o encaminhamento dado à questão".

Gallo foi preso pela 'Operação Descontaminação' em 21 de março, assim como Temer, o ex-ministro de Minas e Energia de seu governo, Moreira Franco e o coronel Lima. Eles foram soltos quatro dias depois por decisão do desembargador Ivan Athié, do TRF-2.

Othon foi preso pela Lava-Jato de Curitiba em julho de 2015. Ele já foi condenado a pena de 43 anos de prisão imposta em 2017 pelo juiz Marcelo

Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, por receber propinas em contrato com a Eletronuclear.

Para o MPF, é preciso prender Temer novamente "para evitar a prática de novos delitos, para garantir a ordem pública, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal".

Em nota, o advogado de Temer, Eduardo Cernelós, afirmou que "a decisão que concedeu liminar para determinar a libertação de Michel Temer é sólida" e que "o [recurso] agravo interposto pelo MPF não trouxe nenhum elemento idôneo capaz de justificar a alteração daquela decisão do desembargador federal Ivan Athiê".

Os advogados do coronel Lima, Maurício Silva Leite e Cristiano Benzota, disseram que ainda não tiveram acesso ao recurso do MPF, mas que "a decisão que restituiu a liberdade ao senhor Lima é irretocável e cumpriu rigorosamente o que prevê a Constituição Federal".

O advogado de Moreira Franco, Antonio Moraes Pitombo, disse que a defesa "vê com naturalidade o recurso do Ministério Público Federal, não obstante não encontre uma linha daquela petição com a qual possa concordar".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Wärtsilä altera comando no Brasil e prevê crescimento

Uma das principais fornecedoras de motores e geradores para termelétricas do Brasil, a fabricante finlandesa Wärtsilä acredita que o pior momento da economia brasileira já passou e prevê a retomada do ritmo de negócios nos segmentos de energia e petróleo e gás nos próximos anos. O novo momento que o grupo enxerga para o país se reflete na decisão de colocar novamente na presidência da subsidiária local um brasileiro, Jorge Alcaide, diretor de soluções de energia que substituirá Ville Packalén.

Com a meta de fechar contratos para fornecimento de 300 a 400 megawatts (MW) de capacidade em equipamentos por ano no Brasil, a empresa acompanha de perto os preparativos para os leilões de energia "A-4" e "A-6", que negociarão energia de novos empreendimentos para início de fornecimento em 2023 e 2025, respectivamente, e o leilão de atendimento a Roraima, que poderão gerar novos contratos para o grupo.

Com € 5,2 bilhões (cerca de R\$ 22,5 bilhões) em vendas globais no ano passado, o grupo também acompanha as discussões sobre a realização de um leilão específico para contratação de capacidade termelétrica, em estudo pelo governo brasileiro.

"Estamos olhando todos eles [leilões], mas, claro, depende do tamanho [do leilão] e da fonte [de energia]", afirmou o presidente global da área de energia da Wärtsilä, Marco Wirén, ao **Valor**. O executivo esteve no Brasil na última semana, para reuniões com consultores, equipes internas e representantes do **Ministério de Minas e Energia (MME) e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), no Rio e em Brasília.**

"Tivemos altos e baixos, assim como o mercado. O Brasil é um país muito importante para nós. E continuaremos aqui por anos. Vemos muitas oportunidades no Brasil", completou Wirén.

Segundo Alcaide, a renovação da aposta no Brasil também é motivada pela perspectiva do crescimento do consumo de energia no país. "Há uma forte relação entre o PIB e o consumo de energia. E a expectativa, baseada em previsões de bancos, é que o Brasil voltará a crescer. E acreditamos, em paralelo, que o consumo de energia vai crescer e poderá gerar mais oportunidades para os nossos negócios no Brasil, não só em energia, mas para 'marine' também [área de negócios marítimos, que inclui o segmento de petróleo e gás]", explicou.

O novo presidente da Wärtsilä para o Brasil disse que a companhia pode decidir pela realização de investimentos em novas unidades ou ampliação das bases atuais no país, dependendo do desenvolvimento das oportunidades de negócios.

Uma oportunidade avaliada pela companhia é a complexidade dos sistemas elétricos, não só no Brasil mas no resto do mundo, devido ao crescimento expressivo da participação de fontes renováveis de produção intermitentes, como eólica e solar. O uso intenso dessas fontes na rede elétrica exige tecnologias de acionamento rápido, como geradores a gás ou equipamentos híbridos, entre outros, para garantir o suprimento de energia.

Um ponto importante, porém, é o aprimoramento regulatório para viabilizar economicamente a adoção de soluções flexíveis, que não precisam gerar energia continuamente.

Instalada no Brasil desde 1990, a companhia já possui mais de 3 gigawatts (GW) de equipamentos fornecidos no país.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 04/04/2019****Seção: Empresas****Autor: Francisco Góes | Do Rio****Título: ANM vai contratar consultoria em barragem**

Com a missão dada pelo governo de fiscalizar 224 barragens de alto dano potencial até o fim de junho, a Agência Nacional de Mineração (ANM) espera contratar o mais rápido possível uma consultoria especializada em segurança desse tipo de estrutura para ajudá-la no trabalho de fiscalização. A ANM sofre com falta de pessoal para fazer as vistorias.

Para fazer frente ao problema de falta de quadros, a ANM espera receber 26 técnicos de outros órgãos do serviço público federal que estão sendo transferidos por portaria de 2018 para reforçar as equipes da agência. Destes, cerca de 17 devem ser inseridos nos esforços de fiscalização de barragens. "Não temos o quadro ideal [de servidores] nem o quadro necessário para apoiar Minas Gerais, Estado que tem mais da metade das barragens inseridas na PNSB [Política Nacional de Segurança de Barragens]", disse uma fonte do governo.

Mais da metade das barragens a serem vistoriadas neste semestre estão em Minas Gerais. Fontes próximas da agência disseram que existe a expectativa de selecionar a consultoria o quanto antes pois, uma vez acertado o contrato, a companhia ajudará a dar mais qualidade à ação fiscalizadora da ANM. Apesar da necessidade de escolher logo a consultoria, a contratação terá que seguir os trâmites previstos na lei 8.666/93, a lei das licitações.

Para suprir falta de pessoal, agência vai receber 26 técnicos de outros órgãos do governo federal

Esta semana a agência anunciou a interdição de 56 barragens que não atestaram ou não enviaram até 31 de março a chamada declaração de condição de estabilidade (DCE) para o Sistema Integrado de Gestão de Segurança de Barragens de Mineração (SIGBM) da agência. O número equivale a 13% das 425 unidades inseridas na PNSB. Do universo total de barragens cadastradas na PNSB, 369 tiveram sua estabilidade devidamente atestada.

Com a interdição, as empresas ficam proibidas de colocar rejeitos de mineração nessas 56 barragens, e precisam colocar engenheiros para vistoriar as unidades. Desde o ano passado, as mineradoras passaram a ter que apresentar duas vez

por ano as declarações de condição de estabilidade de barragens: uma no primeiro semestre, até 31 de março, e outra no segundo, até 30 de setembro.

A regra foi implementada pela portaria 70.389/17, que criou o cadastro nacional de barragens de mineração. A primeira declaração do ano pode ser feita por equipe técnica da própria mineradora, mas a segunda tem que ser feita por auditores externos.

Até o fim de março, empresas donas de 39 barragens não apresentaram a declaração de estabilidade dessas estruturas relativa ao primeiro semestre. Desse total, 23 unidades estão em Minas Gerais, sendo oito delas pertencentes à Vale. As demais barragens, ligadas a outras empresas, estão em São Paulo (seis), Rio Grande do Sul (duas), Pará (uma), Mato Grosso (quatro), Goiás (duas) e Amapá (uma).

Além disso, há 17 barragens com declarações enviadas à ANM, mas em cujos documentos não foi possível atestar a conformidade (estabilidade) das estruturas. São 13 barragens nessa situação em Minas Gerais, sendo dez da Vale, três no Pará, sendo duas da Vale e uma no Paraná. Como resultado desse quadro, a ANM interditou todas as barragens, chegando ao número total de 56 estruturas.

Técnicos em mineração dizem que a situação evidenciada pelo relatório de março da ANM não é muito diferente da verificada na primeira campanha obrigatória de declaração de estabilidade de barragens, no primeiro semestre de 2018, quando foram interditados 59 unidades. Na campanha do segundo semestre do ano passado, o número totalizou 38 barragens interditadas.

Para especialistas, as auditorias que prestam serviços às empresas de mineração passaram a ficar mais cautelosas na hora de emitir laudos garantindo a estabilidade das barragens depois de Brumadinho. "Os técnicos das auditorias passaram a ter medo de serem presos", disse uma fonte. Em 15 de fevereiro deste ano, já no cenário pós-Brumadinho, a ANM editou a resolução nº 4 que estabelece medidas mais rigorosas para garantir a estabilidade de barragens de mineração, em especial aquelas alteadas pelo método a montante, como é o caso da barragem I da mina de Córrego de Feijão, da Vale, em Brumadinho, que se rompeu em 25 de janeiro.

Em recente declaração a analistas, o diretor-executivo de finanças da Vale, Luciano Siani Pires, reconheceu que a percepção de segurança da indústria de mineração e das autoridades mudou depois de Brumadinho. Ele afirmou que

como consequência a ANM passou a requerer fator de segurança de 1,3 para situação não drenada (com água) em barragens a montante. Ele disse ainda que empresas de engenharia passaram a usar novas metodologias e, como resultado, os fatores de segurança foram recalculados, com os consultores tendo que ultrapassar barreiras mais altas estabelecidas pela ANM.

Em nota técnica sobre as interdições, a agência afirmou que, historicamente, sempre houve barragens "não conformes" no período de declaração semestral. "E março/2019 não foi a maior quantidade de casos registrados, mesmo após as novas normativas de fator de segurança sendo elevada para 1,5 para barragens drenadas [sem água] e 1,3 para não drenadas."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Minério supera US\$ 93 a tonelada com maior receio quanto à oferta

Os preços do minério de ferro dispararam nos últimos dias nos mercados à vista e futuro e atingiram ontem a maior cotação em dois anos, diante do aumento dos receios quanto à oferta global da commodity neste ano. Nas palavras do analista de commodities Carsten Menke, do Julius Baer, o mercado enfrenta uma tempestade perfeita e a atenção dos investidores se deslocou dos riscos de demanda para os riscos de oferta, o que explica a forte valorização nos últimos dias.

De acordo com a publicação especializada "Fastmarkets MB", a tonelada do minério com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao subiu 3,5%, ou US\$ 3,19, para US\$ 93,08 a tonelada, o maior valor desde 22 de fevereiro de 2017, quando a cotação atingiu US\$ 94,30 por tonelada. Em apenas três dias, a valorização acumulada do minério chega a 9,07%. No ano, a alta da commodity é de 28%.

Assim como na véspera, a valorização no mercado futuro foi ainda mais forte. Na Bolsa de Commodities de Dalian, os contratos mais negociados com entrega em maio tiveram alta superior a 5%, para 690,50 yuans. Segundo a Fastmarkets, participantes do mercado indicaram que os preços podem subir a até US\$ 100 por tonelada se houver novos eventos que levem a ruptura adicional na oferta.

Na semana passada, junto com os resultados do quarto trimestre, a Vale informou que projeta vendas de 307 milhões de toneladas a 332 milhões de toneladas de minério neste ano. Esses volumes embutem redução de 50

milhões de toneladas a 75 milhões de toneladas frente à projeção interna inicial, que era de vendas de 382 milhões de toneladas.

Além da redução na produção da Vale após o desastre de Brumadinho (MG), a australiana BHP informou que a passagem do ciclone Verônica por áreas onde tem operações levou à redução preliminar de 6 milhões a 8 milhões de toneladas na produção. Antes, a anglo-australiana Rio Tinto já havia informado que estima em 14 milhões de toneladas a perda de produção neste ano na esteira dos danos provocados pelo ciclone em Pilbara e de um incêndio na mesma área em janeiro.

"O foco do mercado de minério de ferro se deslocou da demanda neste momento, e as movimentações de preço se dão quase que inteiramente em torno dos riscos da oferta", disse Menke ao **Valor**, em entrevista por e-mail.

O analista lembrou que a ruptura no suprimento do mercado mundial a partir do Brasil, relacionada ao desastre na barragem da Vale em Brumadinho (MG), é severa e levou a mineradora brasileira a reduzir "significativamente" as vendas esperadas para este ano.

Além disso, na Austrália, BHP e Rio Tinto reduziram a expectativa de produção. "As perdas de produção são menos severas do que para a Vale, mas vêm em um momento infeliz. Por ora, acreditamos que o equilíbrio entre oferta e demanda no mercado de minério de ferro foi restabelecido devido a essas rupturas, apesar da expectativa de enfraquecimento da demanda chinesa", disse.

Na China, conforme o analista, o cenário de demanda segue desafiador, com expectativa de recuo no consumo de minério por parte das siderúrgicas na esteira da menor produção de aço. A siderurgia chinesa tem enfrentado dificuldades relacionadas à fraqueza do mercado de automóveis, com queda de dois dígitos nas vendas em março, e há sinais de desaceleração no mercado imobiliário.

"É improvável que a ampliação dos investimentos em infraestrutura, dentro do pacote de estímulo econômico da China, seja suficiente para compensar o fraco desempenho nos setores automobilístico e de construção", observou Menke.

A valorização recente da commodity, porém, é vista como exagerada pela britânica Liberium, segundo a agência "Dow Jones". Para a corretora, a demanda chinesa de minério ainda é fraca, o que não justificaria os ganhos verificados nos últimos dias.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 04/04/2019****Seção: Empresas****Autor: David Sheppard | Financial Times, de Londres****Título: Preço do barril de petróleo se aproxima dos US\$ 70**

Os preços do petróleo chegaram ao maior patamar de 2019, próximo de US\$ 70 por barril, durante os pregões de ontem em Londres e Nova York, ampliando a tendência de alta decorrente dos cortes intencionais nas cotas de produção da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e do impacto das sanções americanas na produção da Venezuela e Irã.

O barril do petróleo do tipo Brent, considerado como referencial internacional, atingiu cotação de US\$ 69,96 por barril, a maior de 2019 - e desde novembro - no início dos negócios de ontem em Londres, em alta de 0,7%. O barril do petróleo referencial americano, West Texas Intermediate (WTI), subiu para US\$ 62,99, em Nova York.

No fim do dia, o petróleo terminou com uma pequena baixa, mas mantendo os preços em alta. O Brent para junho terminou a quarta-feira cotado a US\$ 69,21, com baixa de 0,08%. O WTI para maio caiu 0,19%, cotado a US\$ 62,46.

Os preços do petróleo recuperaram-se em 2019 depois da violenta queda observada no quarto trimestre, quando o barril do Brent caiu dos mais de US\$ 86 registrados em outubro para cerca de US\$ 50 no fim do ano.

A recuperação veio depois de a Arábia Saudita ter liderado a Opep no corte das cotas de produção, com o objetivo de compensar o rápido crescimento da produção de petróleo de xisto nos Estados Unidos. A produção da Venezuela e do Irã, por sua vez, caiu fortemente em consequência das sanções americanas.

O aumento nos preços, no entanto, até agora não conseguiu superar a marca dos US\$ 70, diante da possibilidade de novos aumentos na produção de petróleo de xisto e da pressão do presidente dos EUA, Donald Trump, para que a Opep não exagere na limitação da oferta.

O analista Stephen Brennock, da corretora de petróleo PVM, disse que há "uma crescente percepção de inevitabilidade de que essa teimosa barreira vai ser superada em breve", mas ressaltou que pode ser necessário "mais um catalisador" para empurrar o barril para acima dos US\$ 70.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 04/04/2019****Seção: Brasil****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: Venda de combustível cresce 5,7% em fevereiro, liderada por etanol e diesel**

O consumo de combustíveis cresceu 5,7% em fevereiro, ante igual mês do ano passado, e fechou o primeiro bimestre com uma alta acumulada de 4,8%, puxada mais uma vez pelo diesel e pelo etanol. As vendas no mês retrasado somaram 10,8 bilhões de litros, de acordo com a Agência Nacional de Petróleo (ANP).

Tradicionalmente vinculada ao desempenho da economia, sobretudo ao agronegócio e à indústria, a comercialização de diesel cresceu 6,2% em fevereiro, para 4,4 bilhões de litros. A alta acumulada no ano é igualmente de 6,2%. No ano passado, para efeitos de comparação, as vendas do combustível aumentaram 1,4%.

Já o consumo de gasolina mantém a trajetória de queda iniciada em 2018, em meio à perda de competitividade do produto para o etanol e caiu 5,6% em fevereiro para 3 bilhões de litros. No primeiro bimestre houve uma retração de 6,7%.

As vendas de etanol hidratado, por sua vez, avançaram 39,2% em fevereiro, para 1,7 bilhão de litros, e acumulam uma expansão de 37% no ano. Esse aumento sustentou o crescimento do mercado do Ciclo Otto (veículos leves cujos motores operam com etanol e/ou gasolina) como um todo. Tradicionalmente vinculado ao consumo das famílias, esse segmento subiu 2,8% no primeiro bimestre, em gasolina equivalente - medida que considera a equivalência energética do etanol frente a gasolina.

O gás liquefeito de petróleo (GLP), outro mercado tradicionalmente vinculado ao consumo das famílias, cresceu 0,3% em fevereiro. No primeiro bimestre, contudo, a queda foi de 0,7%. O mercado de GLP é associado, sobretudo, ao segmento residencial, embora também seja vendido para comércio e indústrias.

O consumo de óleo combustível, ligado principalmente ao despacho das termelétricas, por sua vez, caiu 8,4% no segundo mês do ano. A queda nos dois primeiros meses é de 17,7%.

Já entre os destaques positivos, as vendas de querosene de aviação (QAV) cresceram 5,2%, num sinal de que o mercado doméstico de aviação mantém o movimento de reaquecimento registrado no ano passado. No primeiro bimestre, o consumo registrou expansão de 4,5%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/04/2019

Seção: Finanças

Autor: Vanessa Adachi e Camila Maia | De São Paulo

Título: Empresas chinesas querem captar na bolsa brasileira

Empresas chinesas que investiram no setor elétrico e portuário no Brasil nos últimos anos estudam acessar o mercado de capitais local. Uma das motivações é liberar parte do dinheiro investido nas aquisições dos ativos.

Além da CPFL Energia, controlada pela State Grid, que na terça-feira anunciou a intenção de reestrear na bolsa, outras duas empresas têm mantido conversas com bancos de investimento, de acordo com três fontes.

Uma delas é a TCP, que opera o terminal de contêineres em Paranaguá (PR), comprada em 2017 pela gigante chinesa do setor China Merchants Port. A TCP, segundo fontes, está avaliando a opção. A empresa não quis comentar. De acordo com uma fonte próxima à companhia, essa opção teria chances de ficar para 2020.

Outra que manteve conversas recentes com bancos é a China Three Gorges, dona de uma série de ativos de geração no país.

No caso da CPFL, a companhia informou a intenção de emitir novas ações e também vender parte dos papéis dos controladores. Se e quando vierem a mercado, Three Gorges e TCP devem fazer ofertas majoritariamente secundárias, ou seja, para liberar capital do controlador. O que não está claro é se os recursos seriam repatriados para a China ou usados para novos investimentos.

Outra razão apontada para que as companhias de capital chinês busquem acessar o mercado local é dar mais transparência aos negócios e adquirir sócios locais, o que ajudaria a combater a imagem de serem extremamente fechadas e opacas. O entendimento é que a presença de sócios locais poderia ajudar a mitigar, inclusive, críticas políticas. O presidente Jair Bolsonaro já chegou a manifestar incômodo com o fato de a China, segundo suas palavras, estar comprando o Brasil.

Segundo um banqueiro de investimentos, algumas das aquisições foram feitas a múltiplos elevados e, para seguir adiante com o plano de vender ações, os controladores demandarão um valor mais alto, o que pode ser um obstáculo. Para outro banqueiro, isso não deverá ser um problema, uma vez que os múltiplos das empresas comparáveis que são listadas na bolsa melhoraram, de forma geral, assim como a performance das companhias que estudam acessar o mercado.

Em setembro de 2017, a China Merchants Port pagou R\$ 2,9 bilhões para assumir 90% da TCP, das mãos do fundo Advent e da APM Terminals. Na ocasião, a empresa foi avaliada em R\$ 4,1 bilhões, sendo R\$ 3,2 bilhões do "equity", ou seja, ações, e o restante dívida. O preço equivaleu a um múltiplo de 14 vezes o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de 2016.

O preço pago pela State Grid pelo controle da CPFL Energia em julho de 2016, de R\$ 25 por ação, deve ser uma das referências da companhia na decisão de avançar ou não com a oferta subsequente de ações anunciada com o objetivo de aumentar o volume de ações em negociação ("re-IPO"). Atualizado pelo CDI, o preço chega a R\$ 31,71 atualmente.

O mercado trabalha com um preço por ação entre R\$ 33 e R\$ 35 para a CPFL Energia, considerando ainda as melhorias no seu balanço alcançadas desde então e também a mudança do cenário macroeconômico.

A State Grid vai avançar com o re-IPO para recompor o volume de ações em circulação, a fim de cumprir as regras do Novo Mercado, principal segmento de governança da B3, e voltar a ter no mínimo 15% do seu capital social negociado. Hoje, a empresa tem 5,25% das ações nas mãos de minoritários na bolsa.

A chinesa tinha duas alternativas, o re-IPO ou fazer uma nova OPA de saída do Novo Mercado e fechamento de capital, na qual o preço deveria ser definido pelo chamado "valor justo" das ações. Um laudo elaborado pelo Banco Fator a pedido da CPFL no contexto da OPA da CPFL Renováveis em 2017 chegou a um valor por ação de R\$ 26,80 para a holding pela metodologia de fluxo de caixa descontado, mas as premissas utilizadas eram antigas, de 2016.

A decisão de emitir ações, contudo, dependerá do preço. Se o mercado não se mostrar disposto a pagar o que a State Grid entende que a CPFL vale, a chinesa pode mudar de ideia e voltar seus planos para uma OPA. Nesse caso, o preço mais baixo indicado pelo mercado deverá ser a referência dos chineses.

A CTG poderia listar uma holding de suas operações brasileiras na bolsa. Entre os ativos que controla aqui estão as geradoras que pertenciam à Duke Energy, pelas quais pagou US\$ 1,2 bilhão em outubro de 2016.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/04/2019

Seção: Economia

Autor: André Borges/BRASÍLIA

Título: Estatal paga salário até 8 vezes maior que o mercado

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que o Ministério da Economia adote critérios para analisar o salário pago por estatais federais não dependentes dos recursos do Tesouro Nacional, em comparação com as remunerações praticadas pelo setor privado. A informação foi antecipada ontem pelo Estadão/Broadcast. Auditoria do tribunal identificou que 86% das remunerações das estatais são superiores às pagas pelo setor privado para ocupações idênticas.

Outras 43% das remunerações das estatais superam o dobro das remunerações de mercado. Em 11% dos casos, o valor da remuneração das estatais supera 120% da remuneração máxima encontrada no setor privado. Em apenas 15% dos casos, a remuneração do mercado supera a das estatais. A fiscalização envolveu 104 empresas estatais não dependentes de recursos do Tesouro (como Banco do Brasil, Correios, Furnas e Petrobrás), englobando mais de 459 mil empregados públicos, com custo anual total em salários da ordem de R\$ 44 bilhões, se considerado o exercício de 2016.

Por não terem orçamento vinculado ao Orçamento Geral da União, essas empresas não se submetem ao teto de remuneração fixado constitucionalmente, de R\$ 39,2 mil por mês. Ao citar casos mais escandalosos de diferença salarial, o tribunal declarou que um assistente administrativo do Finame, por exemplo, recebe mais de R\$ 28 mil por mês, oito vezes o valor da mediana de mercado (R\$ 3.530,62).

No setor elétrico, um engenheiro eletricista de manutenção da Eletronorte, com salário médio de mais de R\$ 32.200,00, ganha quase quatro vezes a média de mercado (R\$ 8.368,00) e 62% a mais do o máximo pago mensalmente pelo setor privado (R\$ 19.865,00). O maior valor mensal pago pela Eletronorte a um engenheiro eletricista de manutenção supera os R\$ 76.200,00, quase duas vezes e meia o valor do teto constitucional.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 04/04/2019**Seção:** Colunas**Autor:** Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães**Título:** » Na fila.

Coluna do broadcast

O terceiro ativo que a Caixa Econômica Federal deve oferecer ao mercado em sua estratégia de desmonte dos investimentos de fundos governamentais é a Alupar, empresa de transmissão e geração de Energia. O FI-FGTS, que administra os recursos dos trabalhadores e é gerido pelo banco público, tem uma fatia de 12% da companhia. O negócio deve movimentar cerca de R\$ 800 milhões.

» Em seguida. A venda da Alupar deve ocorrer após a oferta de ações (follow on) da Petrobrás, para a qual a seleção de bancos assessores tem início nesta quinta-feira com apresentações que ocorrem até o fim de semana. A batida do martelo sobre qual sindicato tocará a operação da petrolífera, com potencial de alcançar cerca de R\$ 9 bilhões, será dada na semana que vem.

» Missão dada. Questionado sobre a possibilidade de emplacar a operação da Alupar na sequência da Petrobrás, o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, disse apenas que a transação depende do aval do comitê de investimento do FI-FGTS.

» Paparazzo. A repercussão positiva das falas do secretário de desestatização, Salim Mattar, fez do chairman do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco Cappi, fotógrafo. Ao deixar o Bradesco BBI Brazil Investment Forum, o secretário recebeu pedidos de fotos e atendeu. Quem registrou o momento? Trabuco, que agiu a pedido dos fãs de Mattar. Ele, que gosta de ser chamado de Salim, foi ovacionado por mais de um minuto após discurso de defesa da agenda de privatizações e enxugamento do Estado.

COM BÁRBARA NASCIMENTO e PATRICK CRUZ, ESPECIAL PARA O ESTADO

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 04/04/2019**Seção:** Colunas**Autor:** Joana Cunha**Título:** Embarque prioritário

Painel S.A.

O grupo Votorantim, que agora quer investir com força na disputa por negócios de infraestrutura, tem Congonhas no alto da lista de prioridades. O aeroporto central da capital paulista vai entrar na sétima rodada de concessões, com leilão previsto para 2022. Na concorrência pela Cesp (Companhia Energética de São Paulo), em outubro, a Votorantim Energia arrematou o controle em um consórcio com um fundo canadense. Procurada, a empresa não comenta.

Sem pressa

A fabricante química Braskem obteve uma liminar na Justiça de Alagoas que nega pedido feito em ação popular para que a empresa faça um depósito judicial de R\$ 23 milhões. O dinheiro seria usado para reparar eventuais danos ao ambiente e à saúde em Maceió causados pela empresa.

Rachadura

Os autores do processo argumentam que a atividade de mineração da Braskem na região causa tremores de terra e avarias às casas. Para o juiz Antonio Dória Ferreira, contudo, os laudos ainda são inconclusivos.

Decisão

O magistrado negou ainda pedido para evacuar a região potencialmente afetada.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 04/04/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Decreto vai retomar subsídio de energia para o agronegócio

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, disse que o governo federal já tem pronto decreto que irá recompor subsídios do agronegócio em Energia, após medida assinada nos últimos dias da gestão anterior ter estabelecido um corte gradual do incentivo ao longo dos próximos cinco anos a partir de 2019.

A decisão mostra a força do setor agropecuário, que tem uma das maiores bancadas no Congresso, em momento em que o governo negocia a reforma da Previdência.

O corte gradual em subsídios concedidos ao agronegócio nas tarifas de Energia foi decretado na gestão de Michel Temer (MDB), mas sofreu forte oposição de congressistas ligados ao setor, que apresentaram diversas propostas legislativa para cancelar a medida.

Em 2017, esses descontos tarifários representaram R\$ 2,6 bilhões em subsídio a clientes rurais e mais R\$ 780 milhões para consumidores que fazem uso de irrigação.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 04/04/2019

Seção: Cotidiano

Autor:

Título: Entidades criticam corte orçamentário de 42% em Ciência e Tecnologia

As principais entidades científicas e de ensino superior do país criticaram, em carta conjunta, o congelamento de 42% das despesas de investimento do MCTIC (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações), equivalente a R\$ 2 bilhões, anunciado pelo governo federal na semana passada.

Segundo elas, áreas importantes como o enfrentamento de epidemias emergentes, a busca por novas fontes de Energia e as pesquisas em segurança alimentar podem ser duramente afetadas. “Se essas restrições orçamentárias não forem corrigidas a tempo, serão necessárias muitas outras décadas para reconstruir a capacidade científica e de inovação do país”, afirma o texto, assinado por Academia Brasileira de Ciências, Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência e Tecnologia e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, entre outras.

O governo anunciou que congelaria R\$ 29,582 bilhões das despesas previstas para este ano em razão da revisão do cenário econômico, com menos crescimento e, por consequência, menor arrecadação.

O congelamento representa 23% das despesas discricionárias (maneáveis e, por isso, sujeitas a corte) do governo.

Luiz Davidovich, presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), afirma que o contingenciamento pode impedir o pagamento de bolsas de estudo de pesquisadores.

Em novembro de 2018, os recursos de 2019 propostos para o CNPq, maior agência de fomento à pesquisa ligada ao governo federal, só conseguiriam garantir seu funcionamento até setembro, de acordo com o então presidente do órgão Marcelo Morales.

Agora, Davidovich afirma que talvez só seja possível pagar as bolsas até julho. O CNPq é responsável por 72,8 mil bolsas de estudos e pelo financiamento de projetos de pesquisas em todo o país.

“Já estávamos no mínimo suportável. Agora, pode ser que quem está estudando fora tenha que voltar e quem está na pós-graduação tenha que procurar outro emprego”, diz.

O CNPq afirma que ainda não recebeu do MCTIC a informação de reflexo do contingenciamento no órgão.

Na educação, o governo congelou R\$ 5,839 bilhões, o maior corte em termos absolutos e equivalente a 25% do valor previsto no Orçamento. Em termos percentuais, o maior bloqueio aconteceu no **Ministério de Minas e Energia(79,5%)**. “Um corte desse atinge o país que sofreu com Brumadinho e tem barragens sob risco e impede o desenvolvimento de Energias alternativas, elevando nosso atraso na área”, diz Davidovich.

Ainda durante a campanha presidencial, Jair Bolsonaro afirmou que o objetivo era que o índice de investimento chegasse a 3% do PIB até o fim do mandato, somando recursos públicos e privados.

Hoje, porém, esse patamar atualmente está perto de 1,5%, com participação maior de recursos públicos. Na Coreia do Sul essa taxa é de 4%, na União Europeia, 3% e, em Israel, mais de 4%.

Segundo Davidovich, a experiência internacional aponta que cada dólar investido nessa área tem retorno de 3 a 8 vezes maior. “A crise é global, mas os países continuam investindo em ciência porque há retorno. O Brasil está na contramão, e abrir mão desse investimento é condená-lo a ser um país de 4º mundo.”

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/04/2019

Seção: O País

Autor: MARCO GRILLO

Título: Em CPI, engenheira diz que Vale foi alertada de risco em Brumadinho

A engenheira geotécnica Ana Lúcia Yoda afirmou ontem, em depoimento à CPI do Senado que investiga a tragédia de Brumadinho (MG), que a Vale foi alertada, meses antes do desastre, sobre a redução das condições de segurança da barragem que desmoronou em janeiro. Ela é funcionária da empresa Tractebel, que emitiu laudos de estabilidade da estrutura até junho de 2018.

Yoda tratou a redução do fator de segurança como um “indicativo” de possíveis problemas, mas não um elemento que necessariamente acarretaria no rompimento. Segundo a engenheira, os critérios de segurança da Vale e da empresa vinham divergindo. Depois que a análise da Tractebel verificou a piora

da situação e a necessidade de investigação mais ampla, a mineradora contratou outra companhia, a Tuv Sud, que passou a ser responsável pelos laudos a partir de setembro.

- O fato de o parâmetro não ser o mesmo que a gente praticava, de início, não gerava indicativo de ruptura iminente —pontuou a engenheira.

À Polícia Federal, o engenheiro Makoto Namba, que assinou o laudo de estabilidade Tuv Sud, afirmou que se sentiu pressionado por Alexandre Campanha, gerente de geotecnia da Vale, a referendar o documento. Campanha negou a acusação ontem, em depoimento à CPI, e disse que a pressão citada por Namba dizia respeito a uma pergunta feita durante reunião.

-A pergunta foi a seguinte: “Senhor Makoto (Namba), a Tuv Sud já tem posição sobre a condição de estabilidade (da Mina Córrego do Feijão)?” - disse Campanha.

Instado pelo relator da CPI, senador Carlos Viana (PSD-MG), a confirmar se sofreu pressão do executivo da Vale, Namba preferiu ficar calado. Além de Namba, o engenheiro André Yassuda, também auditor da Tuv Sud, conseguiu habeas corpus no Supremo Tribunal Federal (STF) garantindo o direito ao silêncio. Os dois engenheiros e o gerente da mineradora chegaram a ser presos preventivamente no curso da investigação, mas foram soltos por decisões judiciais.

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/04/2019

Seção: Economia

Autor: PATRIK CAMPOREZ BRASÍLIA

Título: TCU decide que estatais devem divulgar salários

Regra vale para a remuneração de funcionários e dirigentes. Tribunal determina que governo leve em conta nas novas contratações o teto do funcionalismo e os valores adotados para a mesma função no setor privado

Tribunal de Contas da União (TCU) determinou, em acórdão firmado na tarde de ontem, que as empresas estatais não dependentes do Tesouro passem a divulgar a remuneração de todos os seus funcionários e dirigentes. A decisão, votada em plenário, deve ser cumprida imediatamente. Atualmente, menos de 20% das empresas federais divulgam a remuneração dos servidores, segundo auditoria do TCU que avaliou 104 estatais onde atuam 450 mil funcionários.

A principal justificativa de empresas como Petrobras para não divulgar salários dos servidores é que, com o dado aberto, o mercado privado passa a ter acesso

aos números, o que abre caminho para que essas pessoas sejam sondadas para deixar o setor público. Os ministros, porém, rechaçaram essa tese e justificaram que a transparência nas estatais deve seguir os parâmetros da administração direta. Alguns ministros também criticaram o fato de dirigentes de estatais se valerem de sindicatos organizados para, ano após ano, ocultar o valor do salário recebido.

LIMITAÇÃO INCONSTITUCIONAL

A decisão vale tanto para dirigentes, com salários que superam R\$ 100 mil, quanto para servidores comuns. O acórdão contendo maiores detalhes da decisão deve ser publicado hoje.

Outra decisão do TCU, tomada na tarde de ontem, também diz respeito ao salário dos servidores de estatais. Os ministros determinaram que a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, subordinada ao Ministério da Economia, passe a ter como parâmetros, na hora de contratar, o teto remuneratório do funcionalismo público. A secretaria também deverá considerar o valor de mercado pago a funcionários em funções similares para que os salários em estatais não extrapolem a média de mercado.

Na prática, o acórdão permitirá que o governo, por meio do Ministério da Economia, se recuse a pagar super-salários a dirigentes de estatais e remuneração acima da média de mercado para funcionários comuns. A decisão vale para novas contratações e reestruturações futuras de carreira.

Havia a expectativa, inclusive, de que o TCU decidiria, hoje, por limitar o salário de servidores de estatais ao teto pago ao funcionalismo público, que é de R\$ 39.293,32. No entanto, os ministros, incluindo o relator da matéria, Vital do Rêgo, entenderam que a limitação do teto seria inconstitucional, já que a lei brasileira entende que algumas estatais podem pagar valores acima do teto a executivos.

SALÁRIO DE ATÉ R\$190 MIL

Atualmente, a remuneração de um executivo de banco público, por exemplo, ultrapassa a casa dos R\$ 100 mil. Na Petrobras, o salário chega a R\$ 190 mil. Uma auditoria recente do TCU avaliou 376 ocupações em estatais, e descobriu que, no ano de 2016, 86% das remunerações eram superiores às observadas no setor privado. Além disso, 43% dos salários superavam o dobro da remuneração de mercado.

MME / ASCOM .